

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

ATA N.º 2/2018

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL

---- Ao trigésimo dia do mês de abril, do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila das Lajes das Flores, no Auditório Municipal, reuniu-se a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Almeida dos Reis, secretariado pelos Srs. Deputados Municipais Maria da Conceição Vieira Gomes e José Celestino Linhares da Câmara, -----

---- Procedeu-se à chamada, verificando-se estarem presentes os seguintes deputados municipais: José Gabriel Freitas Eduardo, Bruno Filipe de Freitas Belo, Lúcia Maria de Mendonça Inocêncio Teixeira, José António Corvelo de Freitas, Hélia Maria Sousa Silva Lopes, Lisa Gomes Pimentel Serpa, Horácio Fernando da Silva Costa, Marta Sofia Gomes Soares, André dos Santos Serpa, Iolanda Graciosa Cabral de Freitas Arruda, Victor José Lourenço Fagundes, Verónica Marisa Alves Eduardo, Maria Isabel de Freitas Tenente, Luís Manuel Fernandes Caramelo, Marco Paulo Gomes Oliveira. -----

---- Estiveram também presentes os deputados municipais Paulo Roberto Salema Bicudo, em substituição de Carla Patrícia Moniz Gomes dos Santos, Sónia Freitas em substituição de Rigoberto Martins Gomes, Victor Norberto Garcia Medeiros em substituição de Eliseu Alexandre Andrade Câmara e César Filipe Valadão Gomes em substituição de Marco Paulo Serpa Mendonça. -----

---- Marcaram também presença o Sr. Presidente da Câmara Luís Carlos Martins Maciel, o Sr. Vereador Beto Alexandre Azevedo Vasconcelos, a Sra. Vereadora Maria Victorina Sousa Silveira, e o Sr. Vereador Pedro Alexandre da Silva Vieira. -----

---- Não esteve presente a Sra. Vereadora Esmeralda Maria Rodrigues da Silveira Câmara Lourenço. -----

---- Sendo catorze horas e quinze minutos Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia convidou o Sr. José Celestino Linhares da Câmara para completar a Mesa da Assembleia. -----

---- Foi colocada para análise e discussão a proposta de ata nº 1, da reunião extraordinária celebrada a 26 de fevereiro de 2018. Não tendo havido intervenções, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia informou a correspondência recebida pela mesa da Assembleia comunicando estar disponível para consulta. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada na mesa uma proposta de Resolução do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

----- O Sr. Deputado José António Corvelo de Freitas apresentou a Proposta de Resolução onde constam questões que se prendem com a construção da Central Hidroelétrica na Fajãzinha por parte da EDA Renováveis, após a sessão de esclarecimentos que decorreu no dia 15 de abril de 2018. Mencionou que este órgão ao abrigo do seu regimento solicita à Câmara Municipal que questione a EDA Renováveis sobre as questões apresentadas. Expôs que a construção da Central Hidroelétrica é importante, mas que devem ser salvaguardadas as questões referidas. Por fim referiu que caso esta proposta seja aprovada em reunião de Assembleia Municipal, o Grupo Municipal entende que se possa dar

P.L.N.
f. Bona
17.10.17

conhecimento do resultado desta Proposta de Resolução ao Conselho de Ilha. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo mencionou que esta Proposta de Resolução faz todo o sentido. E com a mesma coerência que na última reunião da Assembleia Municipal questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria e o qual referiu que estava a acompanhar, e que na altura questionou o Sr. Deputado José António Corvelo de Freitas disse que se fosse um Presidente da Câmara do PSD, que era só isto que tinha para dizer, hoje quer lhe dizer que é com “bons olhos” e muita seriedade que viu a sua presença na sessão de esclarecimentos e hoje materializada na sua proposta de Resolução. Em relação às questões apresentadas referiu que nesta altura são as mais importantes e com carência de explicação. Realçou o fato de a Assembleia Municipal ter que recomendar à Câmara Municipal que o faça, citando que a Câmara Municipal poderia ter sido mais proactiva, ter outro trabalho e estar hoje mais preparada para dar estas respostas. Mencionou ser importante referir que desde o primeiro dia em que se começou a apresentar o projeto da Central Hidroelétrica localizada na Fajãzinha nunca ninguém falou de uma forma clara e transparente. Mencionou a existência de uma petição que deu entrada na Assembleia Legislativa Regional a 29 de dezembro de 2017, e que foi remetida à Comissão Competente, que convoca os partidos para se pronunciarem, onde foram solicitadas determinadas diligências que foram definidas e aprovadas, sendo estas ouvir presencialmente o Presidente do Conselho de Administração da EDA; Secretaria Regional com competência na matéria; o Sr. Presidente da Câmara Municipal das Lajes; a Sra. Presidente de Junta da Fajãzinha; o Sr. Presidente da Junta da Fajã Grande, e ouvir por escrito o Conselho de Ilha; o restaurante Por do Sol; a Aldeia da Cuada; a Queijaria Pico Redondo; a Associação Amigos dos Açores e a Associação Ambiflores. Informou que Comissão Competente solicitou nessa altura só os pareceres por escrito que estão agendados para o dia 23 de maio e as audições presenciais nas Flores com as entidades referidas. Tendo ficado surpreendido que a 22 de março tenha dado entrada na Assembleia Legislativa Regional um requerimento do Partido Socialista a solicitar a audição do membro do Governo e do Presidente do Conselho de Administração da EDA sobre o mesmo assunto, tendo sido ouvidos em abril. Concluiu assim que foi dada resposta ao requerimento com a intuito de esvaziar o conteúdo de uma petição, achando ser uma falta de respeito para os peticionários e para os Florentinos, e que a apresentação que foi feita pelo Presidente do Conselho de Administração da EDA no dia 15 de abril, não foi a mesma que foi apresentada aos Senhores Deputados na Comissão de Economia.

---- O Sr. Deputado José Gabriel Eduardo referiu que a última reunião de Assembleia foi no dia 26 de fevereiro, e que após o dia 15 de março esta foi a primeira reunião de Assembleia Municipal, sendo este o motivo da proposta de Resolução ser só agora apresentada. Em relação ao Sr. Deputado Bruno Belo referir já haver alterações ao projeto talvez devido à apresentação de 15 de março, respondeu que foi neste sentido que o grupo apresentou esta Proposta de Resolução para a Câmara Municipal melhor se esclarecer sobre todas estas alterações. Referiu que o fizeram no tempo certo e porque entendem também que a Câmara Municipal deve ter mais dados para informar. Acrescentou que se realmente houve alterações não seria despiciente a EDA voltar à Ilha das Flores apresentar as novas alterações. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu ser importante registar que a Ilha das Flores não deve nada à EDA, mencionando que ainda antes da mesma chegar a esta terra já tinha recebido mais de 450 mil contos da Comissão Luso Francesa. Dirigiu a palavra ao Sr. Deputado José António Corvelo de Freitas e achando que também é importante dizer que se lembra da sua fervorosa defesa em relação a antiga construção do aterro sanitário, referindo que fez muito bem na altura, mesmo sem estar a desempenhar um cargo Político.

---- O Sr. Deputado José António Corvelo de Freitas referiu que a última intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo o fez recuar a alguns anos atrás, recordando que na altura fazia

parte do Conselho de Ilha e que houve duas vozes, que se levantaram contra o aterro sanitário, a sua e a do então deputado Paulo Valadão que também fazia parte daquele órgão. Em relação à Central Hidroelétrica volta a frisar que se a Fajãzinha é o melhor local, acreditando que seja, mas que para isso é preciso salvaguardar determinadas questões que constam da proposta de Resolução. -----

---- Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia passou então a palavra ao novamente ao Grupo Municipal do PS para apresentação do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Arlindo Armas Trigueiro. -----

---- A Sra. Deputada Marta Soares apresentou o voto de pesar, do Grupo Municipal do PS que propôs à Assembleia Municipal de Lajes das Flores, nos termos regimentais aplicáveis a votação de um voto de pesar e a transmissão das condolências à família e o envio deste voto à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e ao Partido Social Democrata. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que o Partido Social Democrata se associa a este voto de pesar, recordando que apresentou um voto do mesmo teor na Assembleia Legislativa Regional. Mencionou que o Sr. José Arlindo Armas Trigueiro era um homem com uma dimensão a nível regional, foi Deputado Regional, participou no grupo dos 9 na construção da nossa autonomia e é de todo merecedor deste voto de pesar. Concluiu que de todas as entidades que foram referidas para dar conhecimento não está a Junta de Freguesia da Fazenda, achando que também deveria constar. -----

----- O Sr. Deputado José António Corvelo de Freitas referiu que acabaram de apresentar um voto de um homem independente da sua cor política, recordando que teve o prazer muitas vezes terem grandes debates sobre a política e sobre a vida Florentina. Conclui que devem saber distinguir e respeitar as coisas recordando que há dias tiveram um voto do falecimento do Sr. Deputado Paulo Valadão também de outra cor política. -----

---- Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia convidou o Sr. Presidente da Câmara a tomar o seu lugar na Mesa para poder prestar os esclarecimentos necessários sobre os assuntos de interesse para o Município que os presentes entendam colocar. -----

---- O Sr. Deputado André Serpa questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a freguesia do Lajedo e sobre o troço de estrada que liga o Lajedo ao lugar do Campanário, visto que é um troço de estrada fundamental na freguesia, tanto para a circulação de viaturas, animais e pessoas, e que já há algum tempo encontra-se num estado de deterioração. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o troço de estrada referida fazia parte da rede viária regional, e que na altura em contato com o Governo Regional tentaram que fosse incluído no pacote de asfaltagem que vai terminar com a asfaltagem da rotunda, mas que na altura não foi possível. Comunicou que a Câmara Municipal na altura assumiu que se o Governo Regional não tivesse possibilidade de fazer esta asfaltagem, que eventualmente a Câmara Municipal poderia vir a fazer até porque, entretanto, construíram algumas zonas de estacionamento, referindo que ainda estão a tentar junto do Governo Regional resolver o problema. Mencionou que o Sr. Diretor Regional da Obras Públicas informou que no mês de maio iria vir à Ilha das Flores, e que se iriam reunir para falar deste assunto. Conclui que é de conhecimento da Assembleia Municipal que tem um montante

P.L. 1.
A.D.-P.
que já foi aprovado de um empréstimo por volta dos 215 mil euros, para asfaltagem de estradas, referindo que já se reuniram com a Tecnovia e que já está mais ou menos definido os montantes, mas que obviamente este montante não chega para todas as intervenções necessárias. -----

---- O Sr. Deputado André Serpa questionou se aquando a visita do Sr. Diretor Regional se este está disposto a se reunir com a população do Lajedo e Junta de Freguesia, de forma a demonstrar o descontentamento da população visto que é um problema que persiste há algum tempo. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que poderá transmitir essa intenção ao Sr. Diretor Regional. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que na sequência da resposta anterior do Presidente de Câmara sobre a contratação do empréstimo, que iria dar início ao procedimento de asfaltagem de algumas estradas, supõe que está incluída a estrada ao lado do farol, e o troço de estrada na freguesia da Lomba que estão em fase de recuperação. Em relação à estrada da Pedrinha referiu que além de já sofrer algum tempo de alguns abaixamentos, neste momento sofre de uma entrada de vegetação na faixa de rodagem que pode colocar em causa a segurança. Questionou assim o que está programado fazer a curto prazo. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu em primeiro lugar que em relação à construção da Central Hidroelétrica na freguesia da Fajãzinha, e na sequência da questão que o Sr. Deputado Bruno Belo referiu, que em primeiro lugar o Presidente da Câmara na Assembleia Municipal representa a Câmara Municipal e as deliberações que a Câmara tomam numa primeira instância, referindo que não seria correto da sua parte vir tomar posições ainda não debatidas na Câmara. E em segundo lugar acha que agora é a altura certa porque, entretanto, houve esclarecimentos, e que nesta como noutras questões pensa que não é conveniente tomar posições precipitadas sem estarem bem fundamentadas e discutidas. Concluindo que está convicto que por parte da Câmara há toda a abertura e aceitação para dar seguimento à proposta de Resolução hoje aprovada, referindo como já tinha referido na última reunião desta Assembleia que os projetos que sejam bons para a Ilha e positivos a Câmara Municipal estará sempre a defende-los, e desde que salvguarde os interesses das populações locais e do Concelho. Em relação às estradas a asfaltar respondeu que as que tem neste momento identificadas com a verba que têm disponível é a estrada do farol, a zona anexa as piscinas e ao pavilhão, estrada da Cuada e um troço na freguesia da Fazenda junto a estrada do cemitério. As outras zonas na “Boca das Canadas” na freguesia da Lomba será a Câmara Municipal a fazer adquirindo o asfalto à Tecnovia. Em relação à questão da estrada da Pedrinha referiu que este assunto foi discutido recentemente em reunião de Câmara Municipal, e que estavam a aguardar um equipamento que foi aprovado no empréstimo, uma “bobcat” com escova e balde, mas como, entretanto, foi discutido em reunião de Câmara Municipal vão tentar fazer no mais curto prazo só com a “bobcat” de balde, para tentar melhorar a situação. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo mencionou que o Sr. Presidente representa a Câmara Municipal sempre e tem competências enquanto Presidente da Câmara Municipal. Em relação ao pessoal que a Câmara Municipal tem e que julga que tem disponibilizado a todas as Juntas de Freguesia para trabalhar e dar apoio, referiu que este fim-de-semana ao passar na freguesia do Mosteiro, reparou em algumas coisas um pouco degradadas nomeadamente

o campo de jogos e a própria freguesia. Questionando se o Sr. Presidente de Câmara Municipal tem disponibilizado pessoas para todas as freguesias. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que ainda em relação da Central Hidroelétrica não pode concordar com a questão que é colocada pelo Sr. Deputado Bruno Belo referindo que nestes casos cada um tem as suas opiniões e escolhem os seus timings e como referiu há pouco acha que este é o tempo certo e adequado. Em relação a Junta de Freguesia do Mosteiro, referiu que houve um período que esteve lá uma pessoa. Explicou que normalmente as pessoas que trabalham nas freguesias são pessoas da própria freguesia, porque a Câmara Municipal tem limitações em termos de transporte, referindo que no empréstimo aprovado na aquisição de viaturas este assunto foi discutido, sendo esta a razão pela qual as pessoas estão nas Juntas de Freguesia. Conclui que sempre que é necessário a Sra. Presidente de Junta de Freguesia do Mosteiro, liga para alertar quando precisa fazer alguma intervenção ou reparação na freguesia, referindo que tentam resolver sempre que possível dentro das possibilidades e meios disponíveis. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu ainda em relação a freguesia do Mosteiro, que há uns anos atrás foi adquirida uma casa com a intenção de fazer o núcleo museológico da freguesia do Mosteiro, referindo que neste momento a casa está como foi adquirida. Questionou se é intenção desta Câmara reabilitar o espaço. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação a este assunto já foi discutido recentemente com a Sra. Presidente de Junta da Freguesia do Mosteiro, para verificar qual seria o melhor destino a dar a esta casa. Referiu que na altura ficaram de ver se havia possibilidade de através de algum programa de financiamento poder ser feito uma intervenção na casa, uma vez que as intervenções necessárias ainda são consideráveis e a Câmara Municipal neste momento não tem disponibilidade. -----

---- A Sra. Deputada Isabel Tenente referiu que em relação ao que o Sr. Presidente de Câmara disse, a Câmara Municipal nunca negou ajuda, mas que nunca se chega a ver nada. Em relação à última visita do Sr. Presidente de Câmara referiu ter sido no dia 30 janeiro e ainda não obteve qualquer resposta. Em relação ao pessoal explicou que no último mandato tiveram lá uma pessoa, mas que nunca mais tiveram ninguém, referindo que inclusive na semana passada pediu para ser feita uma limpeza na freguesia e não há possibilidade de resposta. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que pensa que sempre que a Sra. Deputada solicita, tentaram resolver as situações, referindo algumas situações que tinha solicitado nomeadamente intervenções nas instalações sanitárias, reparação de equipamentos do parque infantil, e mesmo a nível dos caminhos e jardins, referindo que têm as suas limitações e que nem sempre conseguem ter as coisas como gostariam, mas que tentam responder sempre a estas situações. Mencionou que muitas vezes apoiam inclusivamente situações que nem são responsabilidade direta da Câmara Municipal, ou muitas vezes quando têm competências delegadas, mas é solicitado apoio pelas Juntas de Freguesia. ---

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que ainda na sequência da resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu em relação ao museu na freguesia do Mosteiro, e importante duas coisas a reabilitação do edifício e o uso a dar a este edifício. Em relação aos outros Museus é uma vez que o Verão está a chegar, acha que é importante estarem abertos, questionando se os Polos museológicos de todas as freguesias estão a funcionar. Em relação

P. L. A.
A. B. C.
B. D. E.

P-12
R. Bone
M. E. P.
às Juntas de Freguesia, questionou o ponto de situação da taxa de execução das delegações de competências e o pagamento às mesmas. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação aos museus, estes vão funcionar à semelhança do que tem acontecido nos outros anos, que fazem horário de verão, estando abertos a toda a população. Explicou que tinham um projeto que não foi aprovado que candidataram ao PRORURAL+, que tinha a ver com a implementação da rede de núcleos museológicos, nomeadamente instalação de painéis informativos, quer digitais, quer físicos, informando que agora subdividiram em duas candidaturas, que se encontra na revisão orçamental, para tentar que os núcleos museológicos tenham mais informação e sejam mais apelativos. Em relação à taxa de execução das delegações de competências às Juntas de Freguesia, pensa que é inquestionável o progresso que tem sido feito por este executivo, referindo que aumentaram muito as delegações que são feitas às Juntas de Freguesia e que os pagamentos são feitos atempadamente desde que cumpram todos os requisitos, informando que isto pode ser confirmando no relatório de gestão que os senhores Deputados receberam.-----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo mencionou o fato de ter recebido atempadamente as respostas às questões colocadas na última reunião de Assembleia Municipal. Questionou se em relação à obra anunciada nas vésperas das eleições referente à reabilitação da zona balnear na freguesia da Fajã Grande, se é uma obra possível de candidatura, uma vez que não a viram no mapa que foi enviado, questionando também o ponto de situação da obra, projeto e o que é que existe. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu não saber qual a apresentação que o Sr. Deputado Bruno Belo está a referir-se. Explicou que foi uma candidatura que fizeram ao programa PRORURAL+, que infelizmente só parte desta intervenção foi considerada elegível e mesmo nesta parte não teve pontuação para o financiamento. Explicou que não vão ter possibilidade de fazer esta obra com recurso ao financiamento e que a taxa de aprovação ao PRORURAL+ é baixa, indicou que, a rede de museus como referiu há pouco também não foi aprovada. -----

---- O Sr. Deputado José Gabriel Eduardo referiu que em relação às delegações de competências que ficou claro que são pagas mediante os relatórios de execução. Em relação ao roteiro dos museus questionou se o ano passado também foi disponibilizado pessoal em alguns desses Polos museológicos para estarem abertos na época alta. Por fim saudar que agora se dá as respostas atempadamente, referindo ser deputado há oito anos, e que também solicitava respostas que nunca as recebeu. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação aos Polos museológicos agora na época de verão fazem um horário diferente mais alargado, normalmente fazem dois turnos com um dia de descanso semanal e funciona seis dias por semana. Mencionou o fato deste setor ser importante para o nosso concelho, sendo o que mais tem vindo a crescer e entendem que o turismo cultural e a apresentação do nosso património e da nossa história a quem nos visita é uma mais-valia importante. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo mencionou que em relação ao investimento da reabilitação da zona balnear, o investimento a ser feito teria que ser feito com recurso a financiamento próprio da autarquia, referindo que este é um compromisso do Sr. Presidente da Câmara para com as pessoas deste Município. Questionou se o Sr. Presidente da Câmara assume

que com recurso a financiamento do Município vai fazer este investimento que se comprometeu com os Lajenses. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não assume, nem nunca assumiu fazer o investimento com recursos da autarquia, e que aquilo que assumiram sempre quer na última candidatura quer na primeira vez que fomos eleitos, é que há determinadas intervenções que só se podem realizar com recurso a financiamento comunitário. Mencionando que o programa eleitoral que foi distribuído é público e que está descrito quais as obras candidatas a financiamentos Comunitários ao PRORURAL+ e ao POAÇORES2020. Referiu que o compromisso está sempre dependente nestes casos porque o Município não tem recursos para fazer determinadas intervenções. Explicou que há outras que poderão ser feitas com recurso a financiamento bancário como é o caso de algumas estradas que já sabiam, que não podiam ser candidatas. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que o Sr. Presidente da Câmara quando se propôs a fazer este investimento as regras já estavam estabelecidas e que mesmo assim assumiu este compromisso perante as pessoas. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu não ser verdade e que sempre disse às pessoas que estes investimentos estão sempre dependentes de financiamento uma vez que o Município não tem capacidade por si próprio para o fazer. Mencionou que estas candidaturas têm que ser discutidas e aprovadas em reunião de Câmara Municipal e são publicitadas, e no caso particular desta intervenção na freguesia da Fajã Grande, na altura contataram o a Junta de Freguesia da Fajã Grande para se pronunciar. Concorda que devem ser claros naquilo que dizem e que não podem enganar as pessoas. Referiu que nunca enganam ninguém, aconselhando o Sr. Deputado Bruno Belo a ir ler tudo o que está escrito sobre isso. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que havendo transparência e a verdade com as pessoas. Desafia o Sr. Presidente da Câmara a escrever aos Municípes a dizer que não vai executar este projeto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não tem que escrever aos Municípes, que o que tinha que dizer disse e que está claro e escrito. -----

---- O Sr. Deputado José Gabriel Eduardo fez um resumo das obras e dos programas que estavam dependentes de candidaturas no manifesto eleitoral entregue às pessoas, onde está escrito que são intervenções que estão a aguardar aprovação de financiamento dos fundos Comunitários. Conclui que a Câmara não consegue chegar a tudo num prazo adequado. --

---- O Sr. Deputado Paulo Bicudo referiu que na última reunião de Assembleia Municipal aquando a aprovação do Plano de Resíduos Urbanos Municipal, ficou observado de que não havia plano de contingência para a recolha de lixo no período do verão, referindo que gostava de ter uma resposta se já existe uma solução Camararia para um plano B. Referindo que já começa a aparecer lixo extraordinários e acumulados questionando se a Câmara Municipal vai apresentar o plano contingência para a época do verão para as zonas mais envolvidas pelos turistas.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o plano de gestão de resíduos que foi aprovado no fundo é um plano plurianual, não indo ao pormenor da tipologia de recolha, fileiras ou Freguesias. Solicitou para passar a palavra ao Sr. Vereador Beto Vasconcelos que está mais dentro do assunto. -----

---- O Sr. Vereador Beto Vasconcelos respondeu que em relação ao plano que se refere realmente é uma obrigação, e foi obrigação da Câmara fazer cumprir com a Lei não tendo

PU n.
R. Gomes
M. E. P.
sido a primeira vez. Sendo preocupação da Câmara a necessidade de fazer pequenos ajustes na recolha de resíduos em conjunto com o Sr. Presidente da Freguesia da Fajã Grande com quem já falaram recentemente neste sentido para em conjunto chegarmos a solução que achamos a ideal, não só na freguesia da Fajã Grande como nas restantes Freguesias. -----

---- O Sr. Deputado Paulo Bicudo referiu que os Municípios ficam sem esta informação e que deveriam ser informados sobre a recolha de lixo, que esta deveria estar documentada. Mencionou a recolha dos resíduos volumosos que é feita na primeira quarta-feira de cada mês, que o que tem acontecido é que não esta a ser feita no dia correto, e este fica nos caminhos por vários dias. -----

---- O Sr. Vereador Beto Vasconcelos referiu que o Sr. Deputado Paulo Bicudo dá a entender que a Câmara não assume as responsabilidades que tem que assumir. Contou que recentemente o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo esteve numa reunião fora da Ilha, onde falaram no tema e que a Câmara das Lajes está bem cotada a nível nacional. Em relação a estar documentado, não tem problema, mas recordou que no antigo executivo e neste executivo sempre que há uma alteração à normal recolha de resíduos os Municípios são avisados por correio. Em relação à recolha de resíduos volumosos é a primeira quarta-feira do mês, mas o Concelho das Lajes vai da freguesia da Lomba até à ponte da Fajã Grande, o que por vezes não dá para chegar no mesmo dia a freguesia da Fajã Grande dependendo sempre de mês para mês da quantidade de material recolhido, e se têm disponíveis mais que um equipamento para fazer a recolha. -----

---- O Sr. Deputado Paulo Bicudo mencionou que se não têm equipamentos, que comprem mais equipamento, que invistam melhor. Referiu que se demoram mais que um dia a recolher os materiais, é para isto que se devem escrever os planos. Conclui que o que não quer é que quem visita a Ilha tenha que passar pelo seu lixo, portanto é uma obrigação Camararia e dos utentes sendo uma questão de cidadania e civismo que se a Câmara Municipal cumprir os seus planos, os utentes também deverão cumprir os seus. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que em relação à recolha de resíduos no verão, no fundo será atualizar o calendário de acordo com as recolhas. Em relação à recolha de orgânicos, referiu que estava previsto no plano. Indicou que em relação aos resíduos volumosos já fizeram esta alteração inicialmente recolhiam só à quarta-feira, já passaram para quarta e quinta-feira, podendo ter que alargar mais porque, entretanto, agora quando fazem a recolha do lixo, também por exigência do Centro de Processamento de Resíduos, já tem que fazer a recolha seletiva antes de entregar o que demora mais o processo.

----- Explicou que por vezes há avarias que nem sempre conseguem chegar às coisas como gostariam. Em relação a sugestão do Sr. Deputado Paulo Bicudo, já foi aprovado o empréstimo para aquisição de mais uma viatura ligeira de mercadorias para esta finalidade, ficando aqui o compromisso de esforço para melhorar este aspeto, referiu que acha que a questão do ambiente em geral e dos resíduos em particular é fundamental para a imagem, e acha que todos concordamos que o Município das Lajes neste aspeto tem uma imagem muito boa, e como já referiu varias vezes ela já era muito boa quando entraram e tentaram dar continuidade a este trabalho.-----

Não existindo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia.

----- **ORDEM DO DIA** -----
-----**ANÁLISE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse um breve esclarecimento sobre o relatório de atividades e situação financeira do Município. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer uma breve descrição das atividades desempenhadas desde a última reunião de Assembleia, referiu as ações regulares que são feitas semanalmente nomeadamente recolha de resíduos; limpeza e manutenção de caminhos Municipais; fornecimento de inertes e máquinas aos Municípios; reformulação da página eletrónica do Município e o Plano de Emergência Municipal; continuação da construção do Canil Municipal; continuação das intervenções nos caminhos agrícolas do Silvado no Mosteiro e Meio Moio na Lomba; continuação da colocação de contadores de água na freguesia da Fajãzinha; apoio na realização do 1º Encontro de Turismo Flores e Corvo; participação na BTL num stand em conjunto com os Municípios do grupo Ocidental; por fim candidatura às 7 Maravilhas à Mesa, tendo sido apurados para a segunda fase. -----

---- Posto isto o Sr. Presidente da Câmara propôs que fossem colocadas quaisquer dúvidas, disponibilizando-se para esclarecer as questões que os Srs. Deputados Municipais achem pertinentes colocar. -----

---- A Sra. Deputada Lúcia Teixeira referiu que no relatório de atividades da Câmara parece existir uma lacuna no item relativo ao emprego, que verificou que foram abertos procedimentos concursais para a regularização do pessoal nos termos da Lei n.º 112/2017. Relativamente a isto gostariam que fosse feito um ponto de situação dos procedimentos concursais e também questionar quais são os parâmetros de avaliação que serão utilizados nos mesmos de modo a que existe em ata onde poderão ser consultados. Chamou atenção para a divergência existente no aviso publicado na página eletrónica e na BEPA sobre os concursos 9385 e 9386 no que se refere às condições de admissão, explicando que no ponto 1 refere a alínea a) e b) do artigo 3º deixando de fora a alínea c), a tão reclamada por nós alínea c), no ponto 6.1 refere o n.º 1 dos artigos 2º e 3º aqui já englobando a alínea c). Questionou se foi esquecimento, ou uma falha propositada, e volta a salientar que a alínea c) do artigo 3º da referida Lei, prevê e abrange os casos de exercício de funções celebradas com exclusiva finalidade de suprir carências de recursos humanos essenciais para a satisfação de necessidades permanentes durante algum tempo, nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal. Assim o Grupo Municipal do PSD solicita o levantamento de informação relativo ao número de colocados nos contratos de programas que tinham exercido funções de necessidades permanentes no Município nos últimos três anos antecedentes à data de 05 de abril de 2018, com o intuito que seja estudada a possibilidade de regularização destes casos pondo fim à discriminação que se verifica, e a falta de transparência e de igualdade de tratamento da Constituição da nossa República Portuguesa que deve por todos ser respeitada. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o concurso está a decorrer nos parâmetros normais. Referiu que não pode aceitar as questões de falta de transparência ou de desigualdade até porque este assunto já foi discutido em reunião de Assembleia Municipal. Mencionou que se reuniram com a Vereadora do PSD, antes de tomarem esta deliberação. E que porque como já foi discutido em reunião de Assembleia Municipal, não tem a possibilidade de incluir todas as pessoas através da regularização de precários, referiu que adotaram um critério que mais transparente não pode ser uma vez que está lá o nome da pessoa que é a única pessoa que poderá ser opositora a este concurso. De acordo com a legislação da regularização dos vínculos precários há dois requisitos que tem que ser cumpridos, por um lado os opositores ao concurso têm que cumprir os requisitos, mas por outro lado a Câmara Municipal é que define quais são os lugares e as funções que consideram necessidades permanentes. Realçando que o único que não estava previsto tem a ver com o desempenho das funções de tesoureira, como já foi referido uma vez e que a

P. C. A.
H. J. A.
M. J. A.

P.L. n.
Ag. O. P.
funcionaria faleceu, e a Câmara precisava de uma pessoa para este lugar. Explicou que dentro das pessoas que estavam a trabalhar na parte administrativa da Câmara Municipal a Sara Lima é a única pessoa que reunia estes requisitos, e que foi discutido com a Sra. Vereadora do PSD que concordou com esta metodologia. Em relação às restantes pessoas também já foi discutido na última reunião, que têm provavelmente a trabalhar no exterior mais de 50 pessoas, e que a Câmara não tem possibilidade de regularizar neste momento, referindo que ainda estão a tentar regularizar os cerca de 30 trabalhadores que abriram concurso recentemente. Referindo que este assunto não pode ser mais transparente do que está. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo questionou da demora das obras do Canil Municipal. ----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que continuam na construção do Canil Municipal como referiu há pouco. Explicou que poderiam ter mais pessoas a trabalhar no Canil, mas que depois não poderiam fazer outro tipo de intervenções que também são necessárias. Referiu que temos um Pedreiro a trabalhar e que eventualmente demora algum tempo, mas que não é uma obra que tenham uma urgência muito grande, que vão fazendo conforme a disponibilidade do pessoal da Câmara. -----

---- O Sr. Deputado Marco Oliveira questionou se em relação ao caminho da “Barreira Vermelha”, se tem uma estimativa de quantos metros serão cimentados, e que área. E se existe alguma possibilidade de intervir na saída deste mesmo caminho devido à inclinação, e já tendo ouvido alguns agricultores a dizer que tem dificuldades a subir e mesmo e a descer, se existe a possibilidade de colocar outro tipo de pavimento. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação à extensão não tem ideia dos metros, mas será até à zona do tanque de água. Em relação à saída do caminho para já não está prevista, mas poderão averiguar o que é possível fazer. -----

---- A Sra. Deputada Lúcia Teixeira referiu que têm sido abordados por alguns trabalhadores do Município, relativamente à situação da Lei de Orçamento de Estado, que descongelou as promoções remuneratórias dos trabalhadores da função pública, incluindo as autarquias locais. Comunicou que o grupo Municipal gostaria de saber em que termos foi dado conhecimento dos pontos 4 e 5 do artigo 18º do Orçamento de Estado, e se já estão a ser pagos nos termos do n.º 1 ao n.º 8 do artigo 18º. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação a esta matéria estão a pagar de acordo com a Lei, que atrasaram um mês devido a questões de software informático de processamento de vencimentos e atualização da AIRC. Em relação à informação não foi feita nenhuma informação oficial, os trabalhadores quando tinham dúvidas foram se dirigindo ao serviço para saber a sua situação. -----

---- A Sra. Deputada Lúcia Teixeira acrescentou que no ponto 4 do artigo 18º que a comunicação deve ser feita aos trabalhadores, onde consta os pontos que tenham adquirido com avaliação de desempenho, e o ponto 5 do mesmo artigo dá cinco dias úteis, para se pronunciarem e solicitarem a ponderação curricular. Se não foi feita nenhuma forma de comunicação deveria ser feita neste momento para regularizar a situação. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que desconhecia este ponto, mas que irá averiguar e dar conhecimento nos termos legais. -----

---- Seguidamente e não existindo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem do dia. -----

-----ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N.º 5/2018 – ATRIBUIÇÃO DE INSÍGNIAS POR OCASIÃO DO FERIADO MUNICIPAL-----

---- Não tendo havido intervenções, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO DESPACHO N.º 10/2018 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DAS LAJES DAS

FLORES NA REPARAÇÃO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que este assunto tem a ver com uma deliberação que foi efetuada na Câmara Municipal de apoio à Junta de Freguesia das Lajes no valor de dois mil euros. Explicou que efetuaram esta deliberação à semelhança de outras que já tinham efetuado, porque até agora os pedidos de apoio das Juntas de Freguesia como qualquer outra entidade eram deliberados em reunião de Câmara. Entretanto com a vinda dos técnicos que dão apoio na área financeira chamaram a atenção que os apoios às Juntas de Freguesia nos termos da Lei têm que ser aprovados pela Assembleia Municipal, sendo este o único caso que tinham que ainda não estava pago. Referiu que em sede da Câmara Municipal o pedido de apoio para a reparação de uma viatura foi aprovado por unanimidade. Conclui que a Junta de freguesia das Lajes deve ser das poucas ou a única que tem uma viatura própria que não é cedida pelo Município, e que muitas vezes a Junta de Freguesia empresta a viatura à Câmara Municipal. Entenderam que uma vez que não tem este encargo de dar a viatura como dão a outras poderíamos dar este apoio. -----

---- Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CANDIDATURA À BOLSA DE ESTUDO DO ANO LETIVO 2017/2018-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara explicou que esta candidatura é da filha da funcionária Florentina Pinheiro que faleceu em janeiro, e uma vez que há uma alteração do agregado familiar depois do período de candidaturas, que terminou em novembro, o regulamento Municipal de apoio a bolsas de estudo prevê que casos omissos no regulamento terão que ser decididos pela Assembleia Municipal. De acordo com o regulamento a Ânia Sofia Pinheiro Viveiros tem direito a receber bolsa de estudo, sendo a bolsa a atribuir no escalão I, no valor de 193,60 euros. -----

---- Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CEDÊNCIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MAQUINARIA MUNICIPAL A FAMÍLIAS CARENCIADAS-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara solicitou para passar a palavra ao Sr. Vereador Beto Vasconcelos. -----

---- O Sr. Vereador Beto Vasconcelos explicou que além da uniformização de alguns termos utilizados nos diversos artigos, as quatro principais alterações da propostas são: pedido de entrega da Declaração de Bens Patrimoniais emitida pela Repartição de Finanças da área de Residência, de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 12.º; alteração da forma de avaliação das candidaturas que passam a ser avaliadas por uma comissão de análise constituída pelo vereador com competência no pelouro da habitação de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º; alteração do prazo de entrega do parecer e elaboração de relatório pela Comissão de análise para um prazo de 60 dias de acordo com o n.º 2 do artigo 13.º; e por último o prazo de aquisição de materiais de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º.-

---- O Sr. Deputado José Gabriel Eduardo referiu que no artigo 13º as candidaturas são avaliadas por uma comissão de análise constituída pelo vereador, com competência

PC 1.
Romen
Ay E-f.

aprovado pela Câmara Municipal e um Técnico unidade orgânica de obras e urbanismo também aprovado pela Câmara Municipal, os representantes das IPSS, são estes que os tem que indicar. Conclui que a questão da constituição aprovada pela Câmara Municipal, se for para constar assim tem que ir a reunião de Câmara Municipal e ser aprovado não precisa estar que é aprovado pela Câmara Municipal uma vez que a Câmara Municipal é que nomeou os dois representantes e as IPSS nomeiam os seus representantes. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara concorda com a sugestão solicitada pelo Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, pensa que não há necessidade de a Câmara aprovar a constituição da Comissão uma vez que quer o Vereador quer o Técnico já são indicados pela Câmara e cada instituição indicará os seus representantes. Conclui que esta alteração faz todo o sentido. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação o regulamento com a correção de retirar a última frase do n.º 1 do artigo 13º.-----

---- Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO SETOR AGRÍCOLA-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara solicitou para passar a palavra ao Sr. Vereador Beto Vasconcelos. -----

---- O Sr. Vereador Beto Vasconcelos explicou que além da uniformização de alguns termos utilizados nos diversos artigos, as principais alterações que foram propostas por este executivo em reunião Camararia, é a questão de aumento do valor a atribuir no caso de abrigos para animais. Os apoios a atribuir, referiu que são projetos que a Câmara faculta aos agricultores se assim o entendem, existindo três modelos de abrigos de 70 m², 119 m² e 200 m². Sendo a proposta até 119 m² o valor máximo seja 3 000,00€, de 119 m² até 200 m² que o valor máximo seja de 4 000,00€ e igual ao superior a 200 m² o valor máximo seja de 5 000,00€. À semelhança do regulamento anterior na alínea b) artigo 14º também estabelecer um prazo para o iniciar o processo de aquisição dos materiais no prazo máximo de 6 meses. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo mencionou que não estão a votar ou a apreciar uma certidão da ata, que foi o que o Sr. Presidente da Câmara propôs, onde consta valores diferentes do que estão no regulamento. Referiu que deve haver uma abertura para ser analisado com mais tempo e se necessário voltar à reunião de Assembleia. Citou o artigo 12º que define que em casos excecionais e devidamente fundamentados poderão ser consideradas e admitidas candidaturas a outro tipo de intervenções no setor agrícola, nomeadamente nos setores da horticultura ou da fruticultura.), referindo que este artigo é demasiado vasto e define pouco o que se pertence. Propõe que neste artigo fossem definidos os apoios, os limites ao mesmo, e os equipamentos elegíveis, para que quem se candidata ter consciência do que pode pedir e dos materiais que pode adquirir. Propondo que o regulamento fosse revisto e que na próxima reunião voltasse a fazer parte da ordem do dia. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que não se opõe. Explicou que quando avançaram com este programa foi mais pela questão dos abrigos, sendo o que tem mais solicitação, e desde que o regulamento está em vigor é a que tem mais procura. Referiu que no fundo todas as alterações que vão fazendo nos regulamentos têm a ver também com a receptividade e procura não sentido até agora necessidade de intervir nessa área. Na altura colocamos esta possibilidade pela existência de horticultura ou da fruticultura, mesmo que em menores quantidades para permitir em caso de necessidade de resposta. Mencionou que ao adiar

durante algum tempo a decisão no caso de alguém querer fazer um abrigo maior não estará em vigor as novas regras, achando que se poderia aprovar agora sem prejuízo de futuramente se regulamentar. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que adiar seria no máximo dois meses, sugeriu que este artigo 12º fosse suprimido no sentido de a Câmara Municipal, elaborar um regulamento de apoio à horticultura ou da fruticultura que preveja estas situações. E neste regulamento suprimíamos apenas o artigo 12º não prejudicando quem se quisesse candidatar ao apoio às infraestruturas agrícolas com as novas regras, e na próxima reunião de Assembleia Municipal a Câmara Municipal apresentaria um regulamento de horticultura ou da fruticultura. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que existem dois períodos de candidatura sendo estes em janeiro e junho, e que quando vierem a aprovar e entrar em vigor não sabe se vai permitir que as candidaturas de junho sejam abrangidas pelas novas regras, mas podem analisar melhor, pensa que não há necessidade de criar um novo regulamento, mas sim especificar melhor as questões do artigo 12º. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que a Comissão Permanente terá que reunir para analisar e atualizar o regimento da Assembleia Municipal, e se for entendimento do plenário, poderão analisar este documento e marcar a reunião de junho para o início do mês, e aprovar com efeitos retroativos ao início do mês de junho. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo concorda com a opinião do Sr. Presidente da Assembleia e tem a certeza que o regulamento ficará mais rico e as pessoas ganharão com isto. -----

---- O Sr. Deputado José Gabriel Eduardo referiu que aguardemos por esta reunião trazendo os acordos e fazendo uma norma transitória em que o período de candidatura é retroativo, não ficando ninguém prejudicado, referindo que se pode melhorar o artigo 12º com alguma definição. -----

---- Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade remeter para a Comissão permanente e posteriormente à próxima reunião de Assembleia Municipal. -----

----- ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTE AO ANO DE 2017 -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o relatório entregue faz um resumo da situação financeira do Município. Do ponto de vista geral em termos financeiros o Município vem seguindo a mesma trajetória dos últimos anos de consolidação das contas e equilíbrio financeiro que se mantém entre as receitas e as despesas. Em relação ao orçamento este ano tem em termos globais uma maior execução global quer da receita quer da despesa o que significa que estamos cada vez mais a conseguir cumprir com aqueles que são os planos previsionais que foram aprovados que se reflete nos diversos índices e critérios quer a nível do endividamento que de uma maneira geral tem vindo a baixar. Mencionou que o prazo médio de pagamentos também se mantém nos dois dias. Explicou que existem questões menos positivas que tem a ver com o resultado líquido geral do ano que é negativo, que se justifica ao efetuar mais despesa com pessoal, que passamos de 43 para 72, aumentou também a despesa do pessoal que está nos programas e nas áreas sociais nomeadamente no apoio à habitação, medicamentos, e aumentaram as delegações às Juntas de Freguesia. Conclui que tiveram que aumentar as garantias para a OcidentalMais que, entretanto,

P.L. 11.
Ramos
14.09.11

tiveram conhecimento de cerca de 50 mil euros de dívida que não estava registada e tivemos que aumentar em perto de 100 mil euros a garantia. Todas estas situações contribuíram para o agravamento do resultado líquido. Referiu que tem tido uma preocupação muito grande de realizar despesa conforme a receita que tem, outro aspeto a que também foi considerado menos positivo tem a ver com a execução a nível das despesas de capital que também é baixa, furto das candidaturas ao POAÇORES2020 que tinha previsto um montante considerável, e uma vez que algumas candidaturas não foram aprovadas naquele ano não foi possível executar grande parte dessa despesa. Por fim conclui que este ano vão liquidar o único empréstimo que estão a pagar neste momento. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo referiu que nos documentos de Prestação de Contas, consta uma transferência de um subsídio para a Associação Cultural Lajense no montante de 45 mil euros, que pode induzir as pessoas em erro, mesmo sabendo que se trata da transferência para a festa do Emigrante. Questionou se poderia esclarecer o valor que diz respeito à festa do Emigrante e a diferença será aquele que fica para a Associação Cultural Lajense. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara respondeu a Associação Cultural Lajense tem as verbas transferidas ao abrigo do protocolo da festa do Emigrante, e depois tem os subsídios que são atribuídos anualmente que deve ser por volta dos 5 mil euros, e para a festa do Emigrante ronda os 40 mil euros. -----

---- Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido por aprovado por maioria com abstenção do Grupo Municipal do PSD. -----

---- O Sr. Deputado Bruno Belo fez uma declaração de voto, referindo que a abstenção do PSD não tem como objetivo uma avaliação negativa em relação às contas, mas sim o fato de as contas apresentadas serem consequência de um orçamento que não é o orçamento nem um programa do PSD. Referindo que as taxas de execução e os planos seriam diferentes sendo uma questão de coerência -----

----- **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E DO PARECER DO ROC**-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que de uma forma geral o parecer confirma que os dados que recebeu são os dados que tínhamos e que os senhores deputados receberam, que cumprem os requisitos para serem aprovadas. -----

---- Não tendo havido mais intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido por aprovado por maioria com abstenção do Grupo Municipal do PSD. -----

----- **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2018**-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a revisão se deve à inclusão de algumas rubricas que já tinha referido, a candidatura ao PRORURAL+ dos museus que foi subdividida em duas ações e a inclusão da receita da aprovação de algumas candidaturas efetuados no POAÇORES2020, nomeadamente infraestrutura do acolhimento empresarial e o parque de lazer no âmbito de Programa Integrado de Reabilitação Urbana. -----

13.10.11

---- Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMPRESA MUNICIPAL OCIDENTALMAIS-

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este fizesse uma breve explicação sobre este ponto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara referiu que as contas foram preparadas e elaboradas pelo administrador liquidatário que neste momento está nomeado e a tratar do processo de liquidação da empresa, sendo este um dos requisitos para liquidação sua efetivação que espera ser brevemente. Em relação à Empresa informou que o executivo camarário soube recentemente que existe uma dívida além das que existiam e estavam em tribunal na ordem dos 50 mil euros, num período posterior aquelas que foram contestadas em tribunal em 2010/2011. Afirmou que era desconhecido por nós até há pouco tempo, tendo em conta o período que passou e não tendo sido contestada na altura, já não a podemos contestar segundo o jurista, sendo que teremos que pagar a mesma. Mencionou que o administrador liquidatário vai tentar junto das finanças negociar para fazer o pagamento faseado deste valor. Sendo um valor bastante considerável para um Município da nossa dimensão, e que vem limitar a capacidade de desempenho e ação. Conclui que não sabe porque não foram contestadas uma vez que foi num período antes do atual elenco camarário iniciar funções. Em relação às que foram contestadas já teve oportunidade de comunicar em reunião de Câmara que já saiu a sentença em que o tribunal deu razão às finanças. A Câmara Municipal contestava duas situações uma tinha a ver com as transferências serem subsídios à exploração e não prestação de serviços, e a outra situação com os montantes que estavam nos contratos programas e não verbas que tinham sido efetivamente transferidas. Nesta segunda situação informa que irão focar a contestação no recurso, pois em relação à primeira situação em conjunto com os advogados chegaram à conclusão que dificilmente conseguiriam mudar a decisão do tribunal. Em relação as contas não há muito a dizer uma vez que a empresa OcidentalMais está inativa há alguns anos. -----

---- Não tendo havido intervenções, o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

---- **ENCERRAMENTO:** Assim, não existindo outros assuntos a tratar, e sendo dezassete horas e 10 minutos, o Sr. Presidente desta Assembleia declarou encerrada a reunião. -----

---- Da mesma se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e posta à discussão e votação será assinada pela Mesa desta Assembleia Municipal. -----

O Presidente,

PLN.

A 1ª Secretária,

Paula da Conceição Vieira Gomes

PL n.
Assin
O 2º Secretário,

Adm. Or. - JF